



REFLETINDO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

1 - Histórico e Conceito

Com o aparecimento da indústria e a sua consolidação enquanto processo em alguns países da Europa, começa a ocorrer uma mudança radical no modo pelo qual os vários países buscam sustentação econômica. O processo de industrialização modifica profundamente a estrutura econômico-social dos países envolvidos nessa “nova” atividade. As consequências para essas localidades são tão evidentes que em muito pouco tempo a industrialização configurou-se como sinônimo de desenvolvimento.

Mas de onde vem a ideia de desenvolvimento? No início da década de 60 o mundo vivia a Guerra Fria entre Estados Unidos e a antiga União Soviética. Preocupados com a expansão comunista no mundo, os Estados Unidos propuseram a modernização das sociedades consideradas atrasadas – segundo eles, as mais inclinadas a adotar o modelo soviético.

O progresso técnico daí advindo expandiu-se, rapidamente, modificando os estilos de vida e de consumo, onde o projeto de melhoria da qualidade de vida da população centrado, apenas, na modernização da economia e da produção começou a se estruturar e se fortalecer. Ganhou força o modelo de desenvolvimento alicerçado na ideia da industrialização dos países. Mas essa forma de pensar não demorou muito a se mostrar profundamente desigual, determinando ritmos de progresso diferenciados, conforme o país e a região em que estivesse localizado

Difundia-se, por exemplo, a ideia de que a fome, por exemplo, a ideia de que a fome no mundo era o resultado da baixa produtividade de alimentos do setor agrícola, julgando-se que para alcançar patamares altos era preciso que os

1 Texto elaborado para subsidiar discussões sobre Desenvolvimento Sustentável no Curso de Extensão sobre Gestão Social de Políticas Educacionais – UNB/MEC/UNESCO/SDT-MDA. Módulo III. Organizado por Maria das Graças Correia de Almeida e Eriberto Buchmann tendo como base documentos institucionais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA elaborados por: Maria das Graças Correia de Almeida e Maria do Socorro Silva.

processos tecnológicos de irrigação, controle de pragas, manejo do solo, entre outros sofressem alterações profundas, modernizando-se. Assim o uso de máquinas pesadas, defensivos agrícolas e outros produtos agroquímicos passaram a ser sinal de “modernização agrícola” e conseqüentemente de desenvolvimento.

Nesse sentido a agricultura, bem como outros setores da produção, *modernizaram-se* intensificando a produção e a produtividade estreitando relações com a indústria, seja no mercado, comprando e vendendo produtos, seja nela mesma, sofrendo um processo de industrialização, por meio da introdução de máquinas pesadas, produtos agroquímicos, gerando um novo comportamento do agricultor – que se tornou mais individualista e competitivo no mercado que ora se expandia em função do avanço do capitalismo no mundo.

A partir da década de 70 análises dos resultados obtidos publicizam e tornam visíveis as distorções desse modelo de desenvolvimento, centrado nas questões econômicas, e na concentração da renda, obrigando a levar em consideração outras dimensões da vida e a inserir, no processo, atores sociais protagonizando reação e oposição a essa realidade. As disparidades regionais, a pobreza crescente, a negação de liberdades individuais vão ficando cada vez mais contundentes e claras.

Tal modelo usa os recursos naturais mais do que a natureza consegue repor. Em muito pouco tempo, nesse ritmo, não teremos água nem energia suficiente para atender às nossas necessidades. Os grande conflitos do futuro, segundo cientistas, estarão relacionados com a escassez dos bens naturais.

A persistência da pobreza no Brasil e na América Latina pode ser considerada prova contundente da falácia dos programas de desenvolvimento colocados em execução até então na região. As necessidades essenciais como alimentação, saúde, educação, trabalho, lazer, afeto, respeito as etnias e diferentes culturas, etc, continuavam sem serem atendidas de maneira satisfatória para a maioria da população.

É possível afirmar que organismos nacionais e internacionais - normalmente não governamentais - segmentos representativos de interesses da sociedade civil se articularam em um processo de denúncias e buscas de alternativas à forma de condução do desenvolvimento centrado no crescimento econômico. A economia, a ecologia, e o próprio processo de desenvolvimento tornaram-se problemas de

responsabilidade de todas as nações.

As diversas Conferências, os encontros internacionais e as experiências alternativas, espalhadas em diversas regiões do mundo, como o Clube de Roma em 1968, que preocupado com “o crescimento econômico estável e sustentável da humanidade” encomendou ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts um relatório que tratava dos “limites de crescimento”. Este documento foi discutido em Estocolmo, 1972, na “I Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”.

Em 1975 a Unesco promoveu um encontro para dar continuidade ao que se estabeleceu na Conferência de Estocolmo. O Encontro foi realizado na cidade de Belgrado na antiga Iugoslávia para tratar da Educação Ambiental, onde foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, para orientar os educadores a seguir princípios ambientais, sendo um deles de grande importância, o que trata da Educação Ambiental contínua e integrada as diferentes regiões e voltadas para o interesse da Nação.

Consta que desenvolvimento sustentável foi definido, pela primeira vez em 1983, durante a Reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, organizada pela ONU e Presidida pela então Primeira Ministra da Noruega - Gro Harlem Brundtland, essa Comissão propôs que a questão ambiental fosse integrada e observada nas diretrizes do desenvolvimento econômico estabelecendo-se, assim, o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

O relatório final dos trabalhos, que se deu em 1987, chamou-se Relatório **Brundtland**, trazia um diagnóstico dos problemas globais ambientais e o conceito de Desenvolvimento Sustentável como o desenvolvimento que deve: *“atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas.”*

Em outras palavras: *usar os recursos naturais com respeito ao próximo e ao meio ambiente. Preservar os bens naturais e a dignidade humana.* É o cuidado com os recursos, os ativos da natureza, com o homem e com a terra. Este tipo de desenvolvimento não esgota os recursos, pois busca conciliar crescimento econômico x preservação da natureza x respeito a vida x igualdade e equidade social.

Um dos grandes marcos para o desenvolvimento sustentável mundial foi a “II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, que ficou conhecida como a ECO 92 ou Rio 92. Nesta Conferência essa nova forma de desenvolvimento foi amplamente difundida e aceita e o termo ganhou força.

No ano 2000, 191 países membros da ONU, com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver, traçaram os “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, conhecidos como “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Este conjunto de metas são os seguintes:

1. Reduzir pela metade o número de pessoas que vivem na miséria e passam fome;
2. Educação Básica de qualidade para todos;
3. Igualdade entre os sexos e mais autonomia para as mulheres;
4. Redução da mortalidade infantil;
5. Melhoria da saúde materna;
6. Combate a epidemias e doenças;
7. Garantia de sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento. (fonte: www.planetasustentavel.abril.com.br)

Aos poucos vai se estabelecendo um novo modelo, visto que traz princípios relacionados ao desenvolvimento humano e social, tendo preocupação, agora com a sustentabilidade de todo o processo de desenvolvimento. Difunde-se como uma proposta diferenciada, preocupada com o ser humano, com o social, o ambiental, o institucional e também financeiro, fatores reforçados nas atuais Declarações da Carta de Copenhague (2009). Torna-se ao mesmo tempo, “uma alternativa viável de organização da sociedade” possível por meio de diferentes estratégias de desenvolvimento sustentável.

Com relação a Conferência do Rio de Janeiro a Eco 92, uma das metas

principais desta Conferencia foi a elaboração de um plano de ação mundial para orientar a transformação do modelo de desenvolvimento. A Agenda 21 se apresenta como um de seus principais documentos, com fundamentos importantes de sustentabilidade, tendo, no fortalecimento da democracia e da cidadania seu foco principal; por meio da participação dos indivíduos neste processo com ética e justiça com vistas à satisfação de necessidades essenciais a preservação da vida.

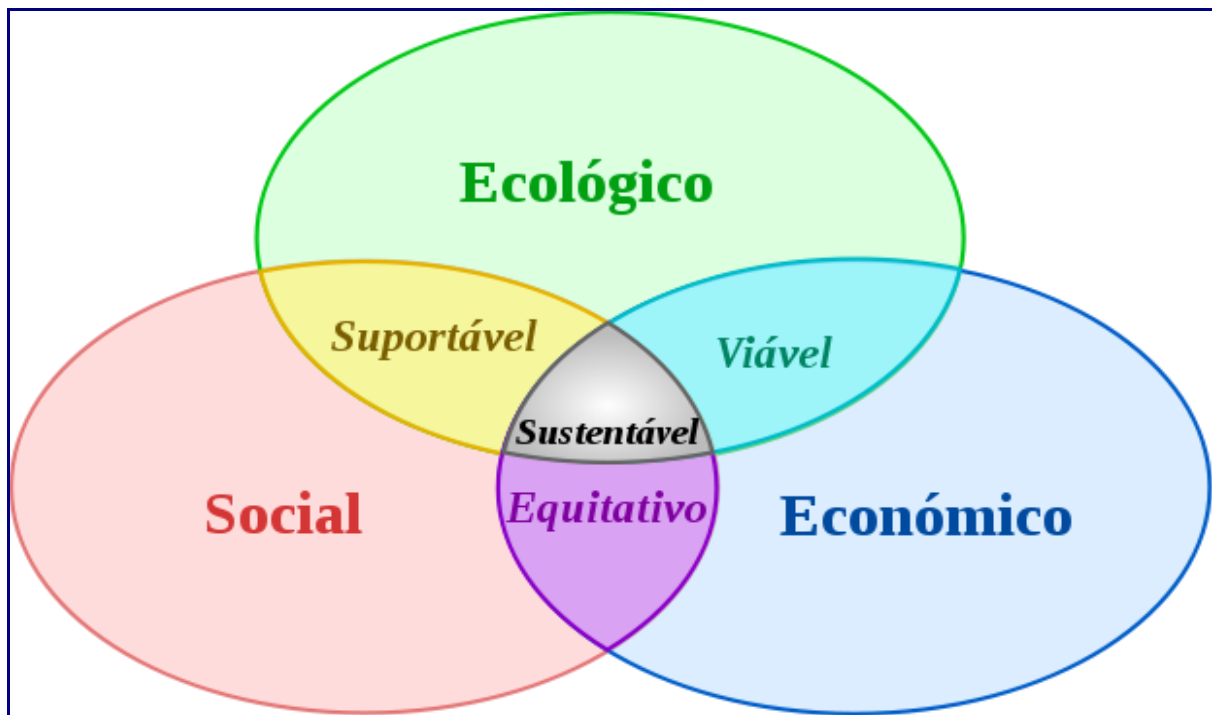
Este é um novo paradigma para o desenvolvimento, com pretensões sustentáveis. Isto inclui o direito as oportunidades das gerações futuras, adotando um modelo que supere o modelo de desenvolvimento excludente.

Este novo paradigma força uma redefinição da relação natureza-sociedade, em busca da construção da civilização futura; da relação sociedade civil – poder público em busca da consolidação da gestão social de políticas públicas de desenvolvimento.

Entende-se, portanto, por “Desenvolvimento Sustentável”, quando um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental for equilibrado, satisfazendo as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. (Agenda21)

Essa transição para um novo paradigma não só demanda novas concepções e formas de compreender um processo de desenvolvimento diferente - menos preocupado com o capital financeiro - mas também demanda novas formas de conceber e organizar a economia, de inserir e integrar a sociedade em torno desse processo.

Neste sentido este desenvolvimento trabalha as dimensões sócio-cultural, econômica, ambiental e a dimensão política. A sustentabilidade se dá no ponto de equilíbrio entre estas diversas dimensões. Na figura abaixo veja o exemplo com 3 dimensões:



Fonte: Dréo, Johann. Desenvolvimento Sustentável. Agosto de 2009. wikipedia – <http://upload.wikimedia.org>

No conceito de sustentabilidade podemos distinguir sete aspectos principais:

- **Sustentabilidade Social** – que visa à melhoria da qualidade de vida da população, com equidade na distribuição de renda, diminuindo as diferenças sociais, com participação e organização da sociedade;
- **Sustentabilidade Econômica** – tanto do setor público, quanto do privado, por meio da regularização do fluxo de investimentos, com compatibilidade entre padrões de produção e consumo, com acesso à ciência e tecnologia;
- **Sustentabilidade Ecológica** – quando o uso dos recursos naturais servirem para minimizar os danos aos sistemas de sustentação da vida, ou seja, reduzindo os resíduos tóxicos e de poluição, por meio da reciclagem de materiais e energia e com uso de tecnologias limpas e de maior eficiência, criando regras para uma adequada proteção ambiental;
- **Sustentabilidade Cultural** – com respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham a diversidade e as especificidades locais, territoriais ou regionais;
- **Sustentabilidade Espacial** – quando houver equilíbrio entre o rural e o

urbano, como por exemplo, nos aspectos migratórios populacionais, no manejo sustentado das florestas e descentralização das indústrias;

- **Sustentabilidade Política** – promovendo a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, com maior autonomia dos governos locais e descentralizando a gestão de recursos;
- **Sustentabilidade Ambiental** – é a reunião das dimensões anteriores, ou seja, leva em conta a conservação geográfica, o equilíbrio de ecossistemas, a erradicação da pobreza e da exclusão, o respeito aos direitos humanos e integração social, dentre outros.

Estes sete aspectos na realidade fazem parte das cinco dimensões que compõem o estudo do desenvolvimento sustentável, já que a sustentabilidade ecológica, para fins de definição encontra-se contida na dimensão ambiental. *(Fundamentos para o Desenvolvimento Sustentável, Antônio C. P. Brasil Junior, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável)*

2. PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS

2.1 – Os princípios

Estão baseados nas necessidades, principalmente as necessidades essenciais dos seres humanos e, prioritariamente, aquelas das populações mais pobres; e nas limitações que a tecnologia e a organização social impõem ao meio ambiente, restringindo a capacidade de atender às necessidades básicas presentes e futuras. Os princípios para o desenvolvimento sustentável são compreendidos em Aspectos Ecológicos; Aspectos Sociais e Éticos e Aspectos Políticos.

Nos deteremos aqui, apenas nos princípios relativos aos **aspectos políticos** que são:

- **a) Participação** - o desenvolvimento sustentável requer uma participação ampla dos diferentes setores da sociedade e nos espaços de decisão. Participar significa, inclusive, poder decidir. Esta participação deve resultar no

empoderamento das pessoas como sujeitos sociais. Requer organização, mobilização social, relacionamentos de confiança e reciprocidade.

- **b) Cooperação** - entre diferentes atores sociais, nações, comunidades, povos, etnias etc
- **c) Solidariedade** – consiste em compromissos com o outro, no estabelecimento de uma vida com compromissos com um coletivo
- **d) Articulação** - entre a própria sociedade civil que poderíamos traduzir como uma articulação em redes de organizações sociais e como articulação entre instituições governamentais, políticas públicas e estas com a sociedade civil

2.2 - As estratégias

A preocupação e o comprometimento com a sustentabilidade do desenvolvimento tem exigido a definição de estratégias que favoreçam a inter-relação entre o poder público e sociedade civil no estabelecimento de compromissos mútuos que garantam o alcance deste propósito. É uma ação processual que exige ações no sentido de aprimorar competências por parte da sociedade civil, de definir e aperfeiçoar políticas públicas que favoreçam efetividade destas ações.

Nesta compreensão as estratégias de desenvolvimento sustentável têm um compromisso, com as pessoas, com políticas sociais eficazes, com a participação, com a democracia e a garantia de direitos.

A ideia da sustentabilidade deve ser a guia para a vontade e o empenho de superar o modelo do desenvolvimento que exclui o outro, que não garante a implementação de direitos, que não respeita a natureza e não se preocupa com o futuro. Esta ênfase está no que as pessoas são capazes de fazer e decidir.

O francês Ignacy Sachs que estuda e escreve sobre o assunto afirmou (1987) que os **caminhos/estratégias do desenvolvimento** devem estar comprometidas com a:

- satisfação das necessidades básicas da população, entendidas como trabalho, renda, habitação, alimentação, educação, saúde e lazer.

- solidariedade com as gerações futuras traduzida como metas relativas a preservação do ambiente de modo que essas gerações tenham chance de viver;
- participação da população envolvida promovendo a conscientização para a necessidade de se garantir a sustentabilidade do processo e conservar o ambiente com cada um assumindo a sua responsabilidade;
- preservação dos recursos naturais e do meio ambiente como água, oxigênio, etc;
- elaboração de um sistema que garanta emprego, segurança social e efetivação de programas educativos para as populações;
- o respeito a outras culturas

O Desenvolvimento Sustentável abrange assim, aspectos tidos como prioritários e entendidos como metas a serem atingidas para que se promova a transição do modelo predador de desenvolvimento para o desenvolvimento com bases duradouras.

Neste sentido o desenvolvimento sustentável, além de se preocupar com mecanismos que favoreçam a redução de impactos da atividade econômica no meio ambiente, preocupa-se com as consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar presente e futuro da sociedade.

De maneira geral, **a estratégia de desenvolvimento sustentável** visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre esses e a natureza, para o que são necessários:

- um sistema político com efetiva participação dos cidadãos no processo de decisão;
- um sistema econômico que gere excedentes e conhecimentos técnicos em bases confiáveis e constante;
- um sistema social que possa resolver as diferenças causadas por um desenvolvimento desigual;

- um sistema de produção que garanta a preservação da base ecológica do desenvolvimento e a segurança alimentar
- um sistema tecnológico que aponte novas soluções;
- um sistema internacional com padrões sustentáveis de comércio e financiamento que promova a inclusão financeira dos cidadãos;
- um sistema administrativo flexível e capaz de se adaptar a nova situação e de se auto-corriger.

O desenvolvimento sustentável, além de se preocupar com mecanismos que favoreçam a redução de impactos da atividade econômica no meio ambiente, preocupa-se com as consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar presente e futuro da sociedade.

3 - PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nas últimas décadas vem sendo redefinida a atuação estatal e o papel da sociedade civil no redirecionamento dos modelos de desenvolvimento.

A sociedade participativa tem sua emergência vinculada a sua atuação no cenário político, por meio de suas lutas e reivindicações pelo reconhecimento de seus direitos de cidadania por parte do Estado. Foram as lutas sociais, as organizações de trabalhadores, o compromisso de muitos, que aos poucos fizeram colocar na pauta de ação do Estado uma revisão de seus compromissos com os processos de desenvolvimento. Foram estas lutas que exigiram a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais.

É essencial a compreensão do papel do Estado como agente nos processos de desenvolvimento, visto ser esta sua responsabilidade enquanto ente constituinte da nação. São co-responsáveis neste processo o Mercado e a Sociedade Civil.

Esta proposta de ação passa pela descentralização e criação de programas, onde se redefine o papel da sociedade como coo-partícipe de ações de organização,

mobilização e gestão social de políticas públicas numa ação mais próxima das pessoas e de suas realidades .

A sociedade civil articula-se em torno da sua participação política, por meio de novas experiências de organizações coletivas com caráter participativo, de influencia nas decisões, de formulação de políticas públicas, de construção constante da cidadania, baseado nos direitos sociais e humanos, por meio de ações coletivas.

O desenvolvimento de projetos e de programas de cunho social vem exaltar o fortalecimento das parcerias com a finalidade de investir no social, com a integração de recursos e esforços entre dois ou mais atores: governo, empresas privadas, comunidade e entidades da sociedade civil.

Estamos assim falando em parcerias e isto implica no envolvimento entre pessoas e instituições através de laços de solidariedade, onde a cooperação e a aproximação entre os diferentes atores é a uma das chaves para a construção do desenvolvimento sustentável.

A sociedade civil, portanto, em suas comunidades e organizações deve reconhecer o seu papel e capacidade de contribuições efetivas neste processo.

A revolução tecnológica e organizacional deve provocar, neste novo modelo de desenvolvimento, fortes mudanças na compreensão dos padrões de competitividade entre nações e regiões, na relação entre economia e natureza e na relação entre sujeitos e processo de desenvolvimento, requerendo desses, uma ação pro-ativa de identidade, compromisso, empreendedorismo e, sobretudo, apropriação equitativa de seus resultados e poderes.

No terreno organizacional, este novo modelo redefine as relações de trabalho com a flexibilização, a terceirização, o trabalho autônomo e a construção de novas institucionalidades e formas de organização da sociedade que agora requer sua inserção no processo de gestão social de políticas públicas para o desenvolvimento e a inclusão social, favorecendo a possibilidade de reconhecimento de micro poderes e estabelecendo instâncias de gestão compartilhada. É o investimento nas capacidades individuais que dependem entre outras coisas, de disposições econômicas, políticas e culturais. É o resultado da ação de formação e educação em suas diversas possibilidades e espaços.

Para tratar do assunto e promover práticas em prol do desenvolvimento sustentável, muitas estratégias foram e são estudadas e colocadas em práticas por diversos segmentos da sociedade preocupados com o bem estar do planeta. Nos preocuparemos no próximo segmento com uma dessas estratégias, “a da abordagem territorial”.

Ainda nesse segmento, apenas introduziremos o assunto:

Mas a abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

É assim que a perspectiva territorial do desenvolvimento sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas sócio-culturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo destes recursos como meios que possibilitam a cooperação e co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais.

Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais institucionais, mercados e políticas públicas de intervenção através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social e a inclusão social. (SDT/MDA – Planejamento 2005)

Esse chamamento provoca uma revisão e um redimensionamento do local, aventurando-se em espaços de discussões de políticas públicas e gestão participativa estruturando estratégias de exercício do poder. Tem assim incentivado práticas e novos posicionamentos no tratamento do desenvolvimento em qualquer espaço territorial, sendo, a partir dessa premissa, considerado uma estratégia de ação.

Novas abordagens e estratégias para o desenvolvimento vão, então, sendo

construídas, entre elas a territorial. Adotar esta abordagem como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável se justifica pelo menos por quatro aspectos:

Primeiro, porque o rural e urbano são complementares.

Segundo, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando a promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa.

Terceiro, porque na última década e meia tem se acentuado o movimento de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços locais.

Quarto o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento².

Os conceitos de empoderamento e de protagonismo social tornam-se essenciais para o fortalecimento das comunidades e sustentabilidade dessa nova proposta de desenvolvimento que considera, sobretudo, o potencial endógeno, isto é, humano, econômico, cultural, político e institucional.

Aprofundaremos o tema no próximo segmento, até lá!!!

2 Sobre a dimensão territorial e o debate sobre desenvolvimento ver entre outros Favareto et al (2005). *Indicadores analíticos de desenvolvimento territorial – notas conceituais, metodologia e resultados iniciais*. Plural/MTE/ESSP. São Paulo/Brasília, Abramovay, Ricardo (2003). O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural. In: Abramovay (2003). O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: ed. UFRGS.